

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Educação e Direitos Humanos: Racismo e Preconceito Social no Brasil  
Moderno**

**HELENICE MARIA MANEQUINHA**

Uberlândia, MG

05/2025

HELENICE MARIA MANEQUINHA

**Educação e Direitos Humanos: Racismo e Preconceito Social no Brasil  
Moderno**

**Trabalho de Conclusão de Curso, redigido como um artigo científico, é  
apresentado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito  
básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia.**

**Orientador: Prof. Robson Luiz de França-rlfrança@ufu.br**

Uberlândia, MG

05/2025

## SUMÁRIO

|                                       |           |
|---------------------------------------|-----------|
| <b>1.INTRODUÇÃO.....</b>              | <b>4</b>  |
| <b>2. JUSTIFICATIVA.....</b>          | <b>5</b>  |
| <b>3. OBJETIVOS.....</b>              | <b>6</b>  |
| 3.1 OBJETIVO GERAL.....               | 6         |
| 3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....       | 6         |
| <b>4. METODOLOGIA.....</b>            | <b>6</b>  |
| <b>5. DESENVOLVIMENTO.....</b>        | <b>7</b>  |
| 5.1. RACISMO ESTRUTURAL.....          | 9         |
| 5.2. TABELA E GRÁFICO IBGE .....      | 13        |
| 5.3. RACISMO INSTITUCIONAL.....       | 15        |
| <b>6. CONCLUSÃO E RESULTADOS.....</b> | <b>17</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS.....</b>            | <b>20</b> |

# 1.INTRODUÇÃO

No Brasil de hoje, a gente se orgulha da nossa mistura, e, olhando de fora, até parece que vivemos em um arco-íris de vozes, cores e culturas entrelaçadas. Mas, se a gente raspa a superfície, logo sente o cheiro amargo de um problema que insiste em brotar, como erva daninha teimosa, escura e espinhenta, que nenhuma mão parece querer arrancar de vez. Entre sorrisos e aplausos, o preconceito e o racismo se esgueiram, quase invisíveis, se alimentando da indiferença e crescendo, resistentes, na sombra dos nossos discursos de igualdade.

Nunes (2006) o Brasil, enquanto bate no peito proclamando sua diversidade, vai tropeçando nos seus próprios espinhos, como quem finge não sentir a dor ou ver a própria contradição refletida na calçada. São práticas tão enraizadas que, às vezes, chegam a passar despercebidas, se escondendo nas entrelinhas da convivência social, camufladas nas estruturas da sociedade e nas relações diárias.

E a pergunta que fica é: como conseguimos, depois de tantos avanços e de uma Constituição que clama por igualdade, carregar esse peso, esse fardo histórico, que insiste em envergar os ombros de uma parcela tão grande da nossa gente?

vamos abrir com esse artigo as cortinas e acender as luzes sobre os becos mais escuros do racismo e do preconceito social no Brasil. Nossa atenção está voltada aos negros, pardos e indígenas – aqueles que, dia após dia, enfrentam uma realidade muitas vezes hostil, marcada pela desigualdade e pela injustiça. A complexidade dessa questão ultrapassa a lógica e se mistura com as memórias amargas do passado colonial, nos mostrando como, de uma forma dolorosa e persistente, certas práticas ainda sobrevivem.

Queremos entender por que o racismo se comporta como uma sombra que parece impossível de dissipar, e por que, em pleno século XXI, muitas vezes ele surge com uma intensidade ainda mais cruel. Mais que descrever o problema, nossa busca é por respostas: como enfrentar e transformar essa realidade? Será que as políticas públicas estão realmente funcionando? Ou são apenas tentativas vazias que deixam de alcançar aqueles que mais precisam?

Esse estudo é uma tentativa de dar voz às silenciadas experiências de discriminação, de expor os abismos ainda presentes entre o discurso e a prática, e de buscar caminhos que possam, de fato, combater as raízes profundas dessas injustiças. Queremos mostrar como, apesar das leis e campanhas, a luta contra o racismo e o preconceito social está longe de ser vencida. Quem sabe, ao lançar luz sobre essas sombras, possamos começar a afastá-la

## 2. JUSTIFICATIVA

O Brasil carrega a fama de ser um dos países mais diversos do mundo, uma verdadeira tapeçaria cultural e étnica. Ao ouvir falar daqui muitos imaginam um lugar de celebração mútua, onde várias histórias e identidades se entrelaçam sem conflito. Mas, basta um olhar mais atento para perceber que, atrás dessa imagem colorida, há sombras persistentes de desigualdade e preconceito. É como uma pintura bonita que, de perto, revela rachaduras. Esse contraste entre o que se exalta em discursos e o que se vive nas ruas expõe uma sociedade ainda presa a práticas excludentes, que distanciam a promessa de igualdade da vida real.

Por mais que tenhamos conquistado leis, políticas públicas e campanhas de conscientização, o racismo estrutural está longe de ser uma peça de museu. Ele se transforma e se esconde em gestos, olhares, em frases “inocentes” que ouvimos nas esquinas e, muitas vezes, dentro das próprias escolas — lugares que deveriam ser refúgios de acolhimento e igualdade. E essa discriminação não é um caso isolado ou um eco do passado, mas uma prática contínua, tecida na estrutura da sociedade e transmitida de geração em geração.

Daí nasce a necessidade de um estudo como este: um olhar cuidadoso sobre como o racismo e o preconceito ainda se entranham na vida cotidiana e se perpetuam em ambientes onde mais precisamos de inclusão — como as escolas. O propósito é, antes de tudo, entender por que as políticas públicas e o sistema educacional ainda tropeçam em construir um espaço verdadeiramente igualitário. Com base em dados e pesquisas, queremos chegar ao ponto nevrálgico da questão e pensar em ações que transformem, de fato, as práticas escolares para além dos discursos.

Esse estudo é importante porque, ao revelar as engrenagens dessa exclusão, ajuda a formar uma consciência coletiva que vá na contramão do preconceito. A ideia é que, ao compreender como a exclusão opera, possamos não só reconhecer seus sinais, mas combatê-los, inspirando mudanças reais — no olhar, na fala, na atitude. Para que o Brasil, afinal, possa ser a nação plural e justa que tanto declara ser, a transformação precisa começar nos gestos mais cotidianos e no lugar onde se aprende a ser cidadão: a escola. Que esse trabalho possa ser uma fagulha nesse processo, uma pequena revolução que brota onde, na verdade, tudo começa.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo Geral**

O Objetivo Geral deste trabalho é compreender como o racismo e o preconceito ainda se entranham na vida cotidiana e se perpetuam em ambientes onde mais precisam de inclusão; as escolas, bem como entender por que as políticas públicas e o sistema educacional ainda tropeçam em construir um espaço verdadeiramente igualitário no contexto do sistema educacional brasileiro.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

Identificar como ocorrem o Racismo e a Discriminação social no Brasil a partir de dados históricos e bibliográficos

Analisar diversas manifestações de Racismo e Preconceito social com base em dados coletados por meio de pesquisas.

Descobrir quais medidas e programas estão em vigor para o combate à desigualdade social e combate ao racismo

### **4.METODOLOGIA**

Este estudo é uma travessia pelo emaranhado da nossa história social. De natureza qualitativa, a grande missão aqui é desvendar os fios invisíveis que ainda amarram a realidade de hoje às correntes do passado. Mesmo com o fim oficial da escravidão e as belas palavras de igualdade proclamadas pela República, algo não se quebrou ou talvez tenha apenas mudado de forma.

O método escolhido foi a pesquisa bibliográfica, em documentos, estudos e obras já produzidas sobre o tema. A pesquisa também navegou pelos mares digitais do Google Acadêmico, SciELO e outras plataformas de livre acesso.

As fontes principais foram:

- Artigos científicos publicados em periódicos respeitados;
- Livros essenciais sobre a história da escravidão, relações raciais e políticas públicas brasileiras;
- Documentos históricos que revelam, sem maquiagem, como a população negra foi sendo empurrada para as margens da sociedade após a abolição.

A análise dos dados seguiu uma abordagem interpretativa e crítica. Procuramos entender as entrelinhas, as repetições incômodas e as contradições gritantes que moldaram e ainda moldam as práticas sociais e políticas públicas no Brasil que ainda desenharam o caminho da exclusão.

O estudo revelou o que muitos fingem não ver: a escravidão não ficou no passado. Ela se disfarçou, se escondeu nas brechas das leis, nos gestos cotidianos, nas estruturas sociais que fingem neutralidade, mas carregam no peito a mesma chaga aberta de séculos atrás. A liberdade prometida virou miragem; a igualdade, um quadro pendurado torto na parede da história (SILVA, 2017).

Diante disso tudo, a pesquisa propõe a necessidade urgente de debates que desvendem as raízes históricas do racismo estrutural e os mecanismos que o alimentam. Só assim, quem sabe, a gente começa a apagar as marcas dessa herança amarga com vistas à construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

## **5. DESENVOLVIMENTO**

Nunes (2006) afirma que:

Ainda hoje, o racismo no Brasil é uma ferida aberta, viva e pulsante, escondida sob camadas de silenciamento. Não há como negar: a busca por políticas públicas que promovam a igualdade racial é vital para diminuir as profundas desigualdades que persistem em nosso país. Mas para combater o racismo, é preciso saber como e por que chegamos ao século XXI com tanto rancor e segregação racial.

Nunes (2006) Afirma: O movimento abolicionista? Ah, ele foi só uma faísca numa noite escura, acesa por poucos entre tantos. Alguns brancos, uma pequena parcela, até se moveram por justiça, empunhando bandeiras de liberdade para pôr um fim naquela chaga de ferro e corrente. Mas e aí? Quando a escravidão finalmente cedeu, quando a Lei Áurea foi assinada, o que veio depois? Nada, além do vazio e do abandono. O negro, livre no papel, foi largado na soleira da República recém-nascida como quem se desfaz de algo sem valor. A promessa de igualdade morreu na primeira página, e o país, que deveria ser um novo lar, fechou suas portas e lhe virou as costas.

Nas ruas, ouvia-se o eco de promessas quebradas. Era como se o país dissesse, em sussurros venenosos: "Você agora é livre, mas não pertence a lugar nenhum." Sem terra, sem trabalho, sem abrigo – um futuro pintado em tons de ferro frio e concreto cinza. Os sonhos de inclusão, tão desejados, se desfizeram no vento como fumaça, deixando um rastro de amargura e luta solitária.<sup>3</sup>

Era irônico, não? Aquela liberdade tão esperada parecia mais uma ilusão, um cenário bonito aos olhos de quem olhava de fora, mas aos que viviam ali, era apenas uma nova prisão, feita de indiferença e abandono. Era como se, de um dia para o outro, esperassem que se tornasse "livre" sem suporte algum, à margem dos acontecimentos; e, até hoje, a desigualdade social entre negros e brancos permanece um fato cruelmente evidente. O regime escravocrata criou uma ferida social profunda, difícil de cicatrizar. Mas o povo negro nunca aceitou o destino que lhe foi imposto sem resistência; as correntes, o tronco, o açoite, tudo simboliza a luta incessante pela liberdade e a resistência contra o sistema opressor (NUNES, 2006).

Para falarmos de políticas públicas que realmente promovam igualdade racial no Brasil, temos que voltar no tempo e encarar de frente as marcas do nosso passado escravista. A história do Brasil foi construída com o suor e o sofrimento de muitos, em um sistema que durou mais de três séculos e que teimava em resistir. Só a muito custo, e com passos incertos, o Brasil chegou à abolição. “O Brasil foi o país que mais importou africanos para serem escravizados e também o último a abolir a escravidão negra” (SILVA, 2017, p. 127). Esse passado sombrio, que parecia querer se eternizar, moldou nossa sociedade de forma profunda e cruel.

As cicatrizes dessa história ainda estão à mostra. Por mais que tentemos avançar, as oportunidades seguem desigualmente distribuídas, como se a sombra da escravidão insistisse em pairar sobre a realidade. A desigualdade social não é um eco distante – é uma presença constante, e o racismo é como um reflexo distorcido no espelho, que insiste em dividir e afastar.



Hoje, os conflitos raciais ainda ecoam e nos desafiam a enfrentá-los com honestidade e coragem. Aceitar que o racismo existe e compreender seu impacto destrutivo são passos fundamentais para combatê-lo. No fio dessa história, o movimento negro tem se fortalecido, e iniciativas como o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288/2010, abrem brechas de esperança. Entre os caminhos para quebrar o ciclo do racismo, as políticas públicas para a igualdade racial despontam como passos essenciais rumo a uma sociedade mais justa e igualitária (MAIA; ALMEIDA; FERREIRA, 2010)

## **5.1. RACISMO ESTRUTURAL**

### **Conceitos e Definições**

#### **O que é racismo estrutural?**

O racismo estrutural é a maneira como o racismo está enraizado nas instituições, práticas sociais e econômicas, agindo como uma "barreira invisível" que:

Fecha portas e limita oportunidades para a população negra;

Impede o acesso igualitário aos espaços de poder e decisão;

No cotidiano está naturalizado, de modo que passa as vezes despercebido.

A engrenagem que continuamente empurra o negro para posições de inferioridade atua como uma barreira invisível, porém poderosa, que fecha portas e limita oportunidades. Ainda hoje, o racismo estrutural impede o ingresso da população negra em certos grupos sociais ou econômicos, especialmente nos espaços onde se tomam decisões. O caminho para vencer essa discriminação passa pelo entendimento e reconhecimento de suas raízes e consequências.

Abaixo a responsabilidade estatal é destacada como parte fundamental da luta contra o racismo enraizado na sociedade.

O Estado, segundo Cardoso (2008), carrega uma responsabilidade crucial no combate ao racismo, devendo agir com firmeza para criar mecanismos que reduzam as desigualdades em áreas como educação, cultura e economia.

A “sociedade desigual”, conceito cunhado por Theodoro (2022) para compreender as desigualdades raciais no Brasil, é aquela em que a persistência da desigualdade é sistêmica, naturalizada e faz parte do projeto de poder do país. Em sociedades desiguais, a igualdade não se constitui como valor. Mesmo em momentos em que os índices econômicos e sociais se mostram crescentes, eles não se traduzem em igualdade.

Theodoro (2022) desenvolve o conceito de sociedade desigual, que é:

[A sociedade desigual] entendida como uma conformação social caracterizada por uma desigualdade extrema e persistente e cuja intensidade ultrapassa os limites da legalidade. Ou seja, trata-se de uma desigualdade que se sustenta não apenas na questão econômica e social, mas também no acesso diferenciado aos serviços públicos e principalmente à segurança e à justiça (Theodoro, 2022, p. 17).

Em uma sociedade desigual:

A desigualdade racial é sistêmica e naturalizada;

A igualdade não é um valor central;

Mesmo quando há avanços econômicos, esses não se traduzem em igualdade de oportunidades.

Theodoro (2022) ainda destaca que o racismo no Brasil é uma herança histórica da escravidão e do extermínio indígena, um "fantasma" que segue presente nos alicerces da sociedade brasileira.

Além disso, Theodoro ressalta:

"A desigualdade racial é intrínseca ao funcionamento da sociedade brasileira, constituindo-se como parte do seu projeto de poder." (THEODORO, 2022, p. 22).

Ou seja, a desigualdade não é apenas uma consequência, mas um elemento planejado e mantido historicamente.

O racismo está tão entranhado no dia a dia que, por mais que se grite democracia ou se legisle contra o preconceito, as manchas do racismo continuam ali, firmes e ardentes. Não basta assinar leis, falar em justiça ou em igualdade; a coisa parece até brincadeira, uma violência que se disfarça em gestos, olhares, piadas que ferem fundo, como se fizessem parte do cenário, quietas, mas sempre ali, como uma sombra que se move com a gente. Theodoro (2022) pega fundo na questão: essa barbárie, que começou com o extermínio indígena e a escravidão, é um fantasma persistente, arrastando correntes pelo Brasil afora, nos nossos alicerces e nas nossas ruas.

Quando a sociedade olha para alguns de nós e enxerga apenas a mão-de-obra, a carne a ser explorada, fica evidente que o coração de pedra segue ali, pulsando uma dureza fria. Vítimas passam como ventos invisíveis, sem rosto, sem nome, sem voz os sem-comiseração, os sem-humanidade. Ironia das ironias, o país que se autodenomina o lar da mistura e da harmonia guarda, bem debaixo da superfície, um manual de desumanização. Essa dor tão naturalizada acaba virando “jeito de ser” do lugar, um silêncio denso que grita nas entrelinhas da nossa história e segue respingando preconceito, mesmo quando todos dizem que não.

### *Desigualdades que gritam: a realidade racial no Brasil*

O racismo e o preconceito social ainda persistem em estar entre nós. Eles machucam, especialmente pessoas negras, pardas e indígenas e o que eles representam em termos de dor, de vidas impactadas, de histórias silenciadas.

No Brasil, terra de contrastes, as desigualdades sociais e econômicas entre pretos, pardos e brancos não apenas persistem, mas ecoam como um grito abafado que atravessa gerações. Os números falam por si, mas, ao ouvi-los, é como sentir o peso de uma história que insiste em se repetir.

Imagine viver com menos da metade do que o outro ganha pelo mesmo esforço. Em 2021, enquanto o rendimento médio mensal da população branca chegou a R\$ 1.866, os pretos e pardos viviam com algo em torno de R\$ 954 a R\$ 964. É quase como tentar plantar sonhos num terreno árido. IBGE (2021)

E quando se trata de pobreza extrema, o abismo é ainda mais cruel. Mais de 8,4% dos pretos e pardos sobrevivem com o mínimo do mínimo, um percentual que encolhe diante

da realidade branca. Aqui, o prato vazio não é só uma metáfora: é um retrato cotidiano. IBGE (2021)

A propriedade da terra, tão simbólica quanto o chão que se pisa, também escancara desigualdades. Em 2018, cerca de 20% dos pretos e pardos possuíam propriedades sem documentação, comparados aos 10% dos brancos. Um cenário que revela a fragilidade de quem ainda luta para cravar seu nome no mapa da história. IBGE (2021)

Subir na hierarquia dos cargos gerenciais é como enfrentar uma escada que não termina para a maioria preta e parda: apenas 11,9% conseguem alcançar esses postos, enquanto 85,9% são ocupados por brancos. O poder, aqui, tem cor e sobrenome. IBGE (2021)

E que tal a medicina, essa profissão tão admirada? Em 2020, apenas 33,9% das vagas eram ocupadas por estudantes pretos e pardos, enquanto 61% pertenciam aos brancos. É como se o jaleco branco carregasse consigo uma porta mais difícil de abrir para uns do que para outros. IBGE (2021)

Mesmo os bens mais comuns, como automóveis, contam histórias de exclusão. Apenas 2,7% a 3,5% dos adultos pretos e pardos possuíam carros em 2020, enquanto entre os brancos o número saltava para 10,2%. É quase como se a estrada estivesse fechada para muitos. IBGE (2021)

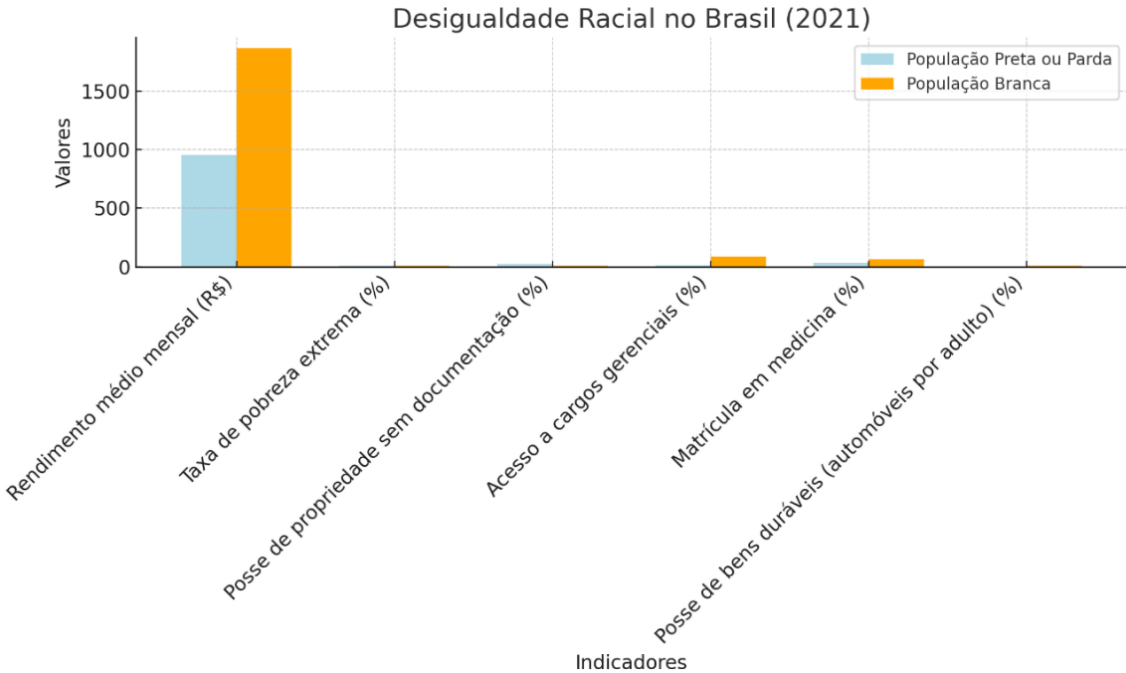
Esses dados não são apenas estatísticas frias; são retratos vivos de uma desigualdade estrutural que molda o presente e prenuncia o futuro. O que eles nos dizem, com todas as letras, é que não dá para ignorar a urgência de políticas públicas que promovam justiça social e equidade racial. Afinal, não há progresso que se sustente sobre bases tão frágeis.

## **5.2. Abaixo a tabela e o gráfico do IBGE, quanto as diferenças por raça e cor entre 2018 e 2021 no Brasil:**

**Tabela 1: Desigualdades de renda, propriedade, educação e acesso a bens materiais entre as populações branca e preta/parda no Brasil de 2018 a 2021.**

| Indicador   | População preta ou parda (%) | População branca |
|---|------------------------------|------------------|
| Rendimento médio mensal (2021)                        | R\$ 954-964                  | R\$ 1.866        |
| Taxa de pobreza extrema (2021)                        | Acima de 8,4%                | Abaixo de 8,4%   |
| Posse de propriedade sem documentação (2018)          | 19,7%-20,8%                  | 10,10%           |
| Acesso a cargos gerenciais (2018)                     | 11,90%                       | 85,90%           |
| Matrícula em medicina (2020)                          | 33,90%                       | 61,00%           |
| Posse de bens duráveis (automóveis por adulto) (2020) | 2,7%-3,5%                    | 10,20%           |

**Gráfico 1: Desigualdade Racial no Brasil (2021)**



**Fonte: IBGE. Agência de Notícias IBGE para dados sobre desigualdade racial e rendimento no Brasil. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.**

Em 2010, mais da metade do Brasil se reconhecia como preto ou pardo — eram 56% das pessoas que olhavam no espelho e viam, na própria pele, a mistura de histórias. Mas isso não impede que o país seja uma das nações mais desiguais do mundo, um palco onde riqueza e pobreza dançam ao som de um ritmo descompassado. Imagine o Brasil como uma montanha imensa e desigual. Do lado de fora, é fácil impressionar: é a 13ª maior economia do mundo,

com um PIB de US\$ 1,608 trilhão em 2022! Um gigante, dizem. Mas quando olhamos mais de perto, as rachaduras se abrem, e o que parece sólido se revela, por dentro, frágil e oco. Nossos tempos de glória ficaram lá atrás, entre 2010 e 2014, quando chegamos ao topo das 7 maiores economias. IBGE (2021)

Hoje, carregamos uma marca difícil de ignorar: uma desigualdade que se espalha feito sombra, de um canto a outro. No alto dessa montanha, onde o ar é rarefeito, vivem os 10% mais ricos, agarrados a quase 60% da renda do país. São poucos, mas concentram em média R\$ 253,9 mil em rendimentos. Ali, no cume, tudo é leve, e a vida desliza em facilidades. Mas abaixo deles, a massa é densa e sem espaço. São muitos, e quanto mais se desce, mais o ar parece pesar. IBGE (2021)

O Brasil é grande, mas suas divisões são maiores, invisíveis só pra quem não quer ver. Uma linha, marcada pela cor e pela condição, separa quem pode e quem tenta. E cá estamos, com um futuro que não sai do lugar, enquanto a promessa de prosperidade desaba na montanha que tanto reluz por fora e desmorona por dentro.

E, acima de todos, o 1% dos ultras ricos, guardando nas mãos quase metade da riqueza nacional. E lá embaixo, onde os degraus são mais largos, os 50% mais pobres precisam se apertar, pois detêm apenas 10% da renda total. No quesito patrimônio, essa discrepância grita ainda mais alto: enquanto os 10% mais ricos possuem 80% de tudo, os 50% mais pobres se contentam com míseros 0,4%. IBGE (2021)

Os dados do IBGE pintam um quadro bem duro da realidade da população negra no mercado de trabalho. Em 2021, eles eram a maioria da força de trabalho, representando 54,9%, mas, pasmem, recebiam, em média, R\$ 1.907. Isso dá quase metade do que os trabalhadores brancos ganhavam, que é R\$ 3.310. E se você olhar para a galera que vive com um salário mínimo ou menos, o cenário é ainda mais assustador: 20 milhões de pessoas negras estavam lutando para sobreviver com esse valor, que mal dá pra cobrir as contas no fim do mês. No total, 43,1% da população negra empregada ganhava até R\$ 1.100 por mês. E na fila do desemprego, que no primeiro trimestre de 2022 chegou a 11,1%, mais de 64% eram negros. Isso faz você parar e pensar: enquanto uns correm atrás do sonho, muitos ainda estão presos em uma realidade que mal dá pra respirar. É um ciclo que parece não ter fim, onde a desigualdade bate forte e a esperança se torna uma sombra distante. IBGE (2021)

E, para fechar o círculo de ironias trágicas, basta ver a situação dos trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão em 2021. Entre os resgatados, 84% eram pretos ou pardos, como se, mais de um século depois, ainda houvesse uma marca invisível que os mantivesse aprisionados não em correntes de ferro, mas nas invisíveis do preconceito, da exclusão e da desigualdade. IBGE (2021)

### **5.3. RACISMO INSTITUCIONAL**

#### **Conceitos e Definições**

##### **O que é o Racismo Institucional?**

O racismo institucional refere-se a formas de racismo que estão incorporadas nas práticas, políticas e normas de instituições, levando a desigualdades e discriminação com base na raça ou etnia. Isso significa que o racismo não é apenas um problema individual, mas também um problema sistêmico que afeta como as instituições funcionam e como os recursos e oportunidades são distribuídos.

O racismo institucional, além de sutil, infiltra-se nas estruturas das organizações, escancarando desigualdades ao impedir o acesso da população negra a direitos fundamentais.

Silva (2017) desenha um retrato pesado e, para muitos, familiar: a população negra segue marcada, com a vulnerabilidade à espreita em cada esquina. E essa exclusão não é sutil; ela pulsa nas ruas, nos olhares, nas abordagens. A própria segurança pública que devia ser um escudo, vira faca de dois gumes, desconfiando, observando, prendendo cada passo. E assim, vão ficando ameaçados direitos básicos, como o de respirar sem medo, o de andar livre e o de se sentir seguro, esses que a Constituição de 88 jurou garantir. Mas para quem? Para todos, diz a lei. Na prática, no entanto, a promessa de igualdade soa quase como um eco distante, uma ironia repetida em vão, enquanto a liberdade vira um sonho breve, sempre prestes a acordar com o som das sirenes.

Para que esses direitos realmente se cumpram, é preciso mais que palavras no papel. São necessários mecanismos de proteção capazes de rasgar essa teia de injustiças, assegurando, como prometido na Constituição, o direito à vida, à liberdade e ao respeito.

A Constituição Federal de 1988, lá no seu artigo 5º, traz uma verdade que é a cara do nosso país: todos somos iguais perante a lei, sem frescura, sem distinção de qualquer tipo. Isso vale tanto para brasileiros quanto para estrangeiros que moram aqui. É uma defesa dos nossos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

O parágrafo 1º já chega dizendo que as normas que garantem esses direitos fundamentais têm que ser aplicadas na hora, sem enrolação. Não tem tempo pra perder! Já o parágrafo 2º dá um toque a mais, lembrando que os direitos e garantias que a Constituição traz não são os únicos. Ela não vem sozinha, mas acompanhada de outros direitos que podem surgir, seja do que está escrito nela, dos princípios que a regem, ou dos tratados internacionais que o Brasil abraçou.

A ideia de uma igualdade que só vive nas leis e nos códigos, aquela que vem lá da Constituição e promete que todos têm os mesmos direitos, não deu conta do recado quando o assunto é proteger quem já carrega as marcas de uma vida desigual. É claro, era preciso mais; um olhar que, de verdade, enxergasse as pessoas nas suas diferenças e respeitasse essas singularidades (PIOVESAN, 2005).

Com a força dos Direitos Humanos ganhando cada vez mais espaço, ampliamos nossa noção de igualdade. Não dá mais pra defender apenas o famoso "todos são iguais perante a lei"; isso soa bonito, mas pouco ajuda quem precisa de algo além das palavras. A tal da igualdade material – essa sim – coloca cada pessoa com suas histórias, dificuldades e lutas, no centro da questão. E, cá entre nós, isso faz toda a diferença. Porque garantir o básico não é mais suficiente. É preciso reconhecer as especificidades: gênero, cor, classe social... não é justo dar o mesmo peso pra quem já entra na vida carregando um fardo maior que o outro. E então, com essa justiça que tem cara e coração, precisa-se criar normas que se dirijam aos mais vulneráveis, como quem oferece uma mão amiga para quem já caminha há muito tempo no escuro (PIOVESAN, 2005).

A verdade é que o sonho de igualdade é antigo. Ele está enraizado no desejo mais profundo de justiça, ecoando em vozes que, ao longo da história, exigiram dignidade e respeito. Só que, hoje, aquela ideia de igualdade formal já não cabe mais na nossa vontade de mudança. O povo quer mais, quer um tratamento que reconheça, sim, as diferenças e acolha cada um na sua condição. Igualdade material é isso: é a tentativa de garantir a todos as mesmas oportunidades, os mesmos recursos, como se estendessem a cada um um pedaço justo do que é viver em sociedade (GONÇALVES, 2010).



## 6. CONCLUSÃO E RESULTADOS

Mesmo com tantas campanhas e informações, o racismo parece continuar escondido, persistente, se camuflando na rotina, como se fizesse parte dela. Queremos entender essa força estranha e, quem sabe, abrir caminho para uma nova história. Porque chega uma hora em que o silêncio precisa se romper.

As conversas que tivemos mostram que o racismo e o preconceito social estão sempre ali, como sombras que nunca se vão da sociedade brasileira. Os dados e análises sobre as raízes do racismo que não desaparece facilmente, e as práticas discriminatórias ainda estão entranhadas nas instituições. Mesmo com as leis e campanhas que tentam abrir os olhos da sociedade o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer.

O racismo estrutural e institucional age como uma corrente invisível, segurando muitos de nós e mantendo desigualdades em áreas cruciais, como educação, mercado de trabalho e acesso a serviços básicos. É como se fosse uma algema social, travando a liberdade de quem mais precisa. E as políticas públicas que temos até agora? Não dá pra negar que os estragos profundos deixados pela escravidão e pelo preconceito ainda estão por aí, como sombras que insistem em nos seguir.

O Estatuto da Igualdade Racial, precisa do esforço de cada um de nós. Não adianta ter a lei se a cabeça da gente não muda, né? É preciso abrir a mente e o coração pra acolher a diversidade. A mudança precisa ser de verdade, como um novo amanhecer que traz esperança, e não só uma promessa jogada ao vento. É hora de olhar pra frente e acreditar que, juntos, podemos construir um futuro mais justo, onde todos tenham vez e voz.

A educação é um solo fértil onde podemos plantar as sementes da mudança. Se as escolas abraçarem um currículo que valorize a história e a cultura dos povos negros, pardos e indígenas, e promoverem um ambiente acolhedor e respeitoso, podem se transformar em verdadeiros faróis na luta contra o preconceito.

É fundamental que governos, educadores e a sociedade civil se unam nessa missão: oferecer uma educação que realmente transforme, que promova igualdade e dignidade para todos. Se não fizermos isso, a sombra do preconceito vai continuar pairando sobre nós, como uma nuvem carregada, pronta para despejar sua tempestade de injustiça.

O racismo estrutural é um sistema cruel e persistente. Ele não apenas sustenta desigualdades raciais ao longo de gerações, como também naturaliza a exclusão e marginalização da população negra. Diante dessa realidade, não basta lamentar: é preciso exigir sociedade igualitária.

O Brasil enfrenta um desafio imenso quando o assunto é combater o racismo e o preconceito social. São feridas profundas, abertas desde a colonização, que insistem em sangrar na estrutura da nossa sociedade. Leis e campanhas, embora bem-intencionadas, muitas vezes funcionam como curativos temporários para cicatrizes que nunca se fecham. A luta por direitos iguais não pode ser adiada: é uma urgência moral, social e histórica. Se não enfrentarmos isso agora, veremos a história com toda sua dor e injustiça se repetir.

Os dados e relatos mostram uma verdade incontestável: é urgente criar uma consciência coletiva sobre as desigualdades que ainda nos cercam. A sociedade brasileira precisa, com coragem, encarar seu próprio reflexo, reconhecer suas contradições e agir com firmeza para quebrar as barreiras que impedem a inclusão real. Para avançarmos, é fundamental unir educação de qualidade, políticas públicas eficazes e uma mudança cultural profunda.

Lutar contra o racismo e o preconceito social não é só uma questão de justiça, é uma exigência de humanidade. Cada rosto, cada história negra apagada, representa um capítulo silenciado da nossa identidade coletiva. Valorizar essas vidas é reconhecer que a humanidade só faz sentido quando é vivida por todos. Isso não é utopia. É o próximo degrau de uma longa escada, que só subiremos juntos.

Virar o rosto diante do preconceito é enfraquecer a democracia, silenciar a justiça e apagar a luz da humanidade. E, convenhamos, quem deseja viver num país onde a cor da pele define o destino de alguém? Onde um sobrenome vale mais do que o caráter? A luta por respeito e dignidade é a engrenagem que pode fazer o Brasil girar do jeito certo. Mudanças assustam, sim, mas o som da mudança é o som da esperança batendo à porta e precisamos deixá-la entrar.

Combater o racismo não é favor, é sobrevivência. É construir um país que não exclua ninguém. Porque, no fundo, não há diferença entre nós. A dignidade não pede licença, ela é como o sol: nasceu para brilhar para todos. Ela nos lembra, todos os dias, que mesmo em meio às sombras, sempre há uma chance de recomeçar.

O caminho para eliminar o racismo e o preconceito social no Brasil não será fácil. Mas toda jornada começa com o primeiro passo, e precisamos dar passos que ecoem como trovões em um céu de silêncio, rachando as estruturas antigas e permitindo que a luz da equidade entre.

A história já mostrou que a mudança só acontece quando encaramos o problema de frente. Fingir que não vê, cruzar os braços ou repetir que “as coisas já melhoraram” é como tentar consertar um barco furado com fita adesiva: cedo ou tarde, o naufrágio é inevitável. Justiça não pode ser um quadro bonito pendurado na parede, ela precisa estar viva, atuante, presente em cada esquina, em cada vida, sem distinção de cor, endereço ou sobrenome.

E sabe o que é mais poderoso? Entender que essa luta não é só pelo outro, é por nós mesmos. Por aquilo que queremos deixar como legado. Cada preconceito quebrado é um incêndio apagado. Dá trabalho, Sim. Cansa. Mas salva o futuro. E é nessa faísca de esperança que mora força para continuar.

A verdadeira transformação começa na sala de aula, mas não termina ali. Ela precisa ecoar nos corredores do poder, nas rodas de conversa, nas redes sociais, no modo como enxergamos e tratamos o outro. É um grito que vira melodia, uma batida que convida para a dança. E, quando menos esperamos, aquela sociedade mais justa, plural e acolhedora começa a nascer, como a aurora depois da longa noite.

Por isso, não dá mais para esperar. O que precisa ser feito é agora. Cada um de nós é uma peça essencial dessa engrenagem. E quando nos movemos juntos, somos capazes de mover montanhas. A pergunta não é mais “se” vamos mudar. É “quando.” E a resposta é simples: agora. Porque é assim que nascem as revoluções: com coragem, com consciência e com o primeiro passo. E, no som firme desses passos, a esperança não bate à porta, ela arromba.

## 7. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6. Disponível em:

[https://www.academia.edu/85013773/SILVIO\\_ALMEIDA\\_RACISMO\\_ESTRUTURAL](https://www.academia.edu/85013773/SILVIO_ALMEIDA_RACISMO_ESTRUTURAL).

Acesso em: 24 de outubro de 2024.

BRASIL. **LEI nº 12.288 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em:

<https://reyabogado.com/brasil/o-que-diz-a-lei-no-12-288-de-20-de-julho-de-2010/>. Acesso

em: 22 de outubro de 2024.

BUIATTI, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> V. P. **Guia da Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I |**

MOODLE-CEaD/UFU. Disponível em: <https://ead.ufu.br/course/view.php?id=3150>. Acesso

em: 19 de outubro de 2024.

CARDOSO, L. A. M. **Racismo e responsabilidade estatal no Brasil**. Revista Estudos Afro-Brasileiros, v. 2, n. 1, p. 40–50, 2008. Acesso em: 26 de abril de 2025.

FERREIRA, R. F. **O Brasileiro, O Racismo Silencioso e a Emancipação do Afrodescendente**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/JHpfdP3bp6dd8Y4wrw8XbHN/?format=pdf>. Acesso em: 21 de outubro de 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. Agência de Notícias. **Dados sobre desigualdade racial, rendimento no Brasil e desigualdade por cor ou raça**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

LOURENÇO, C. **Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil**. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 75-96, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mqwfdScR8phfpRJ4tJW68Rz/>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

MAIA, K. d. S. S. **Literatura afro-brasileira como prática de combate ao racismo nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Disponível em:

<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/6014>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

NUNES, S. d. S. **Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita.**

Psicol. USP [online]. 2006, vol. 17, n. 1, pp. 89-98. ISSN 1678-5177. Disponível em:

[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1678-](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1678-)

51772006000100007&lng=pt. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

PIOVISAN, F. **Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos.** Cadernos de

Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?format=pdf>. Acesso em: 28 de

outubro de 2024.

SILVA, P. B. G. **Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares.** Educ.

Rev. [online]. 2018, vol. 34, n. 69, pp. 123-150. ISSN 1984-0411. Disponível em:

[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602018000300123&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602018000300123&script=sci_abstract).

Acesso em: 19 de outubro de 2024.

THEODORO. M. **A sociedade desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil.**

Editora Zahar, 4 de abril de 2022. Disponível em:

<https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9786559790524/a-sociedade->

desigual?utm\_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 de abril de 2025.

UFU. **Guia para normalização de publicações técnico-científica - Biblioteca da UFU.**

Disponível em: [https://www.bibliotecas.ufu.br/servicos/guia-para-normalizacao-de-](https://www.bibliotecas.ufu.br/servicos/guia-para-normalizacao-de-publicacoes-tecnico-cientificas)

publicacoes-tecnico-cientificas. Acesso em: 19 de outubro de 2024.